

# **MORAR E TRABALHAR: a relação dos conflitos urbanos e o habitar do trabalhador em vulnerabilidade na cidade de São Paulo**

*VIVIR Y TRABAJAR: la relación entre los conflictos urbanos y el habitar del trabajador en vulnerabilidad en la ciudad de São Paulo*

## **Sessão Temática: ST05. Lutas urbanas e práticas insurgentes**

BATISTA, Nathália; Mestrado; Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão Territorial – Universidade Federal do ABC (UFABC)

batista.nathalia@ufabc.edu.br

### **Resumo**

Neste artigo, fomenta-se a discussão sobre a interface do Estado e a produção do espaço da classe trabalhadora, visando ao estudo da relação trabalho e moradia em distintos contextos habitacionais: ocupações verticais de moradia em área central e favelas consolidadas. Os casos a serem tratados tem como metodologia a pesquisa-ação, apresentando temporalidades e aprofundamentos distintos, passando pelos territórios: Favela da Paz (Zona Leste) e Ocupação Penaforte Mendes (Zona Central), ambos em São Paulo - Capital. O objetivo deste texto é a realização da análise crítica dos territórios a partir de uma leitura humanista marxista, com Henri Lefebvre, em consonância a autores brasileiros do campo da sociologia urbana, como Lúcio Kowarick (expolição urbana), Vera Silva Telles (viração do trabalhador), Cibele Rizek (zonas cinzentas) e Francisco de Oliveira (Estado de exceção).

**Palavras-chave (3 palavras):** moradia, trabalho, ocupações.

### **Abstract**

This article discusses the interface between the State and the production of working-class space, aiming to study the relationship between work and housing in different housing contexts: vertical housing occupations in central areas and consolidated slums. The cases to be treated have as methodology the research-action, presenting distinct temporalities and depths, passing through the territories: Favela da Paz (East Zone) and Ocupação Penaforte Mendes (Center), both in São Paulo - Capital. The objective of this text is the realization of the critical analysis of the territories from a Marxist humanist reading, with Henri Lefebvre, in line

with Brazilian authors who deal with the field of urban sociology, such as Lúcio Kowarick (the urban dispossession), Vera Silva Telles (the worker's turning), Cibele Rizek (the gray areas) and Francisco de Oliveira (the State of exception).

**Keywords:** housing, work, occupations.

## 1. Introdução

O olhar à classe trabalhadora em suas formas de trabalho e renda dentro do contexto habitacional, apresenta-se pontual e paliativa. De forma ampla, as políticas habitacionais tratam o Direito à Moradia com a possibilidade do acesso à residência. Neste panorama que se tensiona a pesquisa, dentro de um campo habitacional paulistano, referindo-se a questão da remoção e da provisão de moradia em territórios, no qual não há a seguridade de posse da terra. Os casos desta pesquisa são a Favela da Paz (Zona Leste) e a Ocupação Penaforte Mendes (Zona Central).

A dimensão do tema “direito à moradia” traz questões que impactam o cotidiano, indo além da funcionalidade da residência. É o caso dos moradores que têm sua forma de renda no lugar, como comerciantes e prestadores de serviços. Sendo considerados como casos a parte, a indagação sobre “o que irá acontecer?” é o ponto de partida para esta discussão sobre habitação e as formas de renda.

Os comerciantes, prestadores de serviço locais, em suma, trabalhadores informais, são considerados exceções, casos minoritários, em intervenções públicas, como é o caso dos processos de remoções. O componente do trabalho não é levado em consideração, como algo a ser equacionado, para além da moradia. Em análise de políticas públicas habitacionais, as soluções se limitam principalmente a dois vieses: o primeiro, a ausência de direito frente a um programa habitacional de manter sua atividade de trabalho; e o segundo é dado por soluções voltadas a uma tipologia habitacional, que abriga em seus programas espaços de serviços e comércios, sendo este muito criticados no setor público frente a sua forma de gestão.

O artigo estrutura-se em três momentos: habitar o campo cego, que abre a reflexão sobre o habitar e habitat; em seguida, apresentar-se os casos pontualmente no capítulo conflitos e desafios, contextualizando as arenas e as questões de cada território; e concluindo, impasses do morar e trabalhar irá fechar a discussão fomentando os conceitos abordados.

## 2. Habitar o campo cego

De acordo com LEFEBVRE (2019), a dimensão do habitar foi limitada com o tempo, se tornando o que ele chama de "habitat". O habitat é definido por delimitar e denominar o espaço onde se dorme, come e reproduz; o que também pode ser equivalente ao “espaço de reprodução familiar” trazido por LAGO (2016) para definir a residência. Partindo do olhar do

pensador Heidegger (1954), o habitar aqui defendido está em uma escala além da dimensão residencial, se trata de uma relação comportamental entre “ser do mundo”, ser humano, e a utilidade do espaço, que para este ser é essencial. O espaço construído, definido e vivido para algum tipo de ação cotidiana é o que qualifica o habitar.

Parece que só é possível habitar o que se constrói. Este, o construir, tem aquele, o habitar, como meta. Mas nem todas as construções são habitações. Uma ponte, um hangar, um estádio, uma usina elétrica são construções e não habitações:[...] Na usina elétrica, o engenheiro está em casa, mesmo não sendo ali a sua habitação. Essas construções oferecem ao homem um abrigo. Nelas, o homem de certo modo habita e não habita, se por habitar entende-se simplesmente possuir uma residência.(HEIDEGGER, 1954, pg. 01)

Quando se fala de habitar no contexto das ações do Estado dentro das políticas habitacionais, nota-se um olhar segmentado, direcionado ao espaço residencial. A visão enquanto soma do espaço produtivo e reprodutivo construído e dotado de significado por quem vivencia o lugar é negada, não havendo a dimensão total que o conceito habitar abriga.

A ausência da discussão da forma de renda e trabalho dentro das intervenções públicas, trazem a dúvida do porquê deste assunto não está sendo discutido nas políticas habitacionais e nas contrapartidas do ato de remoção. A provisão de moradia e o auxílio aluguel são medidas apontadas de imediato nos últimos tempos, como uma forma de suprir o que foi retirado de uma família. Contudo, quando se remove um morador que tem sua renda no território, este é considerado uma exceção, sem respostas imediatas e uma contrapartida equalitária ao que foi removido. Em casos de coexistência da residência e do espaço da geração de renda, somente a unidade habitacional lhe é oferecida como escolha.

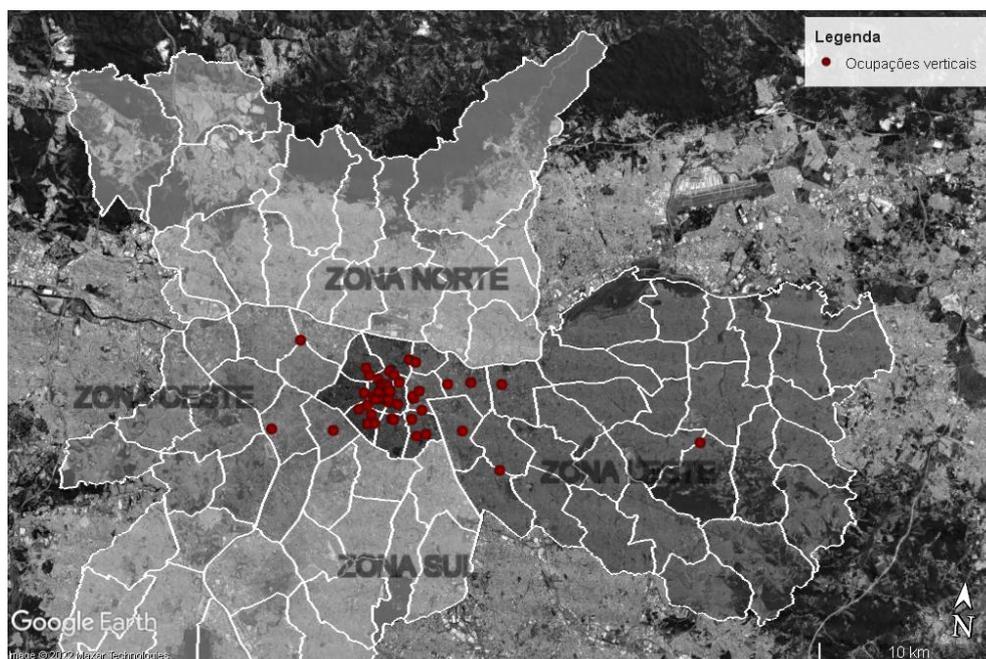
### **3. Conflitos e desafios**

Introduzindo os casos que explicitam a situação do trabalho e frente aos conflitos urbanos, será tratado o contexto dos territórios. Descreve-se as arenas (agentes e relações) mais os conjuntos de ações que levam ao conflito nestas formas urbanas, favela e ocupação. Traçada a conjuntura, serão apresentadas as relações de trabalho de cada caso.

#### **3.1. Ocupação vertical na Zona Central**

As ocupações em áreas centrais são uma forma de morar que marcam o Centro de São Paulo desde 1997 (FRUTUOSO e KATO, 2019). Partem de um movimento de saída dos cortiços ou do aluguel para uma forma de moradia posta como provisória, porém, se tornando permanente. De acordo com registros da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMDEC), há em São Paulo 51 ocupações no ano de 2018; no ano de 2021, a Frente de Luta por Moradia (FLM) relata a realização de mais 6 novas ocupações, sendo duas delas reintegradas, havendo hoje uma soma de 55 edifícios ocupados na cidade.

Figura 1. Mapa da localização das 51 ocupações listadas pela COMDEC.



Fonte: produção própria.

O olhar para as ocupações verticais, nesta análise, tem um recorte para movimentos organizados, visto que a dimensão das ocupações vai além dos movimentos de moradia legitimados. Neste artigo, parte-se de um marco temporal, 1º de maio de 2018, a queda do edifício Wilton Paes de Almeida.

A arena da região central frente às ocupações é complexa, sendo uma somatória de camadas sociais. Os argumentos postos por quem contesta a presença das ocupações na região central, vem da fala do risco que são estas moradias. A contrapelo, a resistência dada pelos movimentos e apoiadores traz o contra-laudo, questionando as formas de análises e propondo formas de produção do espaço que podem ser subsidiadas por fundo público, como as reformas pontuais (melhorias habitacionais). Seus agentes formam categorias de posicionamentos não homogêneos e nem binários, perpassam: os movimentos de moradias, assessorias técnicas e o Estado; tendo a ação pontual da Secretaria de Habitação, da Defesa Civil, das universidades públicas, da Defensoria Pública, das concessionárias de serviços, das autarquias e entre outros.

Os conflitos urbanos se mostram precisos sobre a disputa do território e o argumento técnico. O olhar do mercado imobiliário ao centro paulistano está em consonância com o Estado, amparado por instrumentos urbanos como: as Operações Urbanas Consorciadas (OUC), as produções de Parceria Público e Privado (PPP) e os Projetos de Intervenção Urbana (PIU), sendo estes dois últimos instrumentos consideráveis avanços vindos da OUC (RUFINO, 2018). As ações ocasionadas por esses instrumentos, cada vez mais sofisticados, reforçam a volta da especulação ao centro de São Paulo, munido de planos, programas e alterações

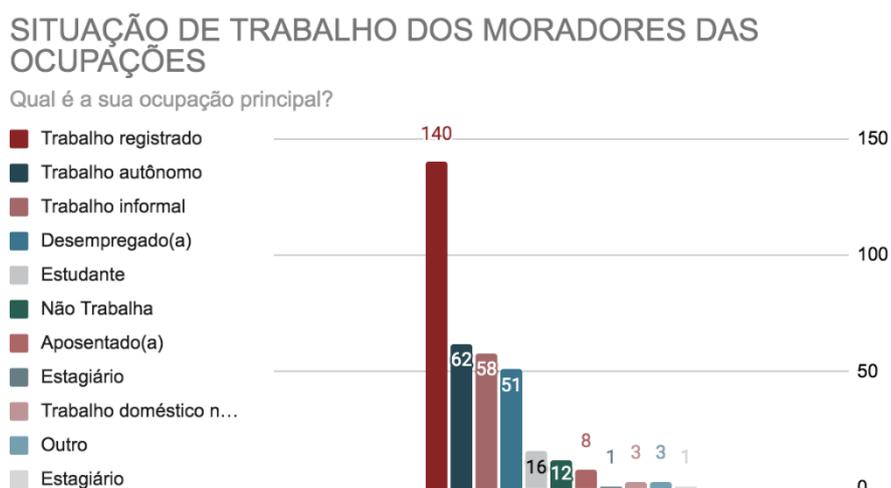
legais que negligenciam instrumentos do Estatuto da Cidade e Plano Diretor Estratégico. Uma prova desta ação é a aprovação da Lei n.º 17.577, que define o Programa Requalifica Centro (PRC), esta lei dá incentivos aos proprietários e empreiteiras, além de pôr em risco direto a permanência das ocupações, tanto de propriedade pública ou privada.

Em um levantamento realizado em 6 ocupações verticais, pela assessoria técnica Peabiru TCA em 2021, os dados sobre trabalho mostram que mais da metade dos moradores saíram de uma condição de aluguel e ao morar na ocupação, mostrando que seus gastos diminuíram. Parte dos moradores têm emprego formal, dada a oferta de trabalho na região central, fator validado com o mapa da desigualdade realizado pela Rede Nossa Sampa (2020).

Entre os bairros com maior oferta de empregos estão novamente os centrais. Sé, Barra Funda e Bela Vista figuram no topo, ao lado de importantes centros comerciais como Santo Amaro e Itaim Bibi. Já os bairros com menos postos de trabalho proporcionais à população estão os mais periféricos: Anhanguera, Tremembé, Brasilândia, Jardim Angela, Capão Redondo e Grajaú. (VALERY,2020)

Contudo, ao somar os trabalhadores autônomos presentes no gráfico, informais e desempregado nota-se um número superior aos dos trabalhadores registrados. Isso quer dizer que há uma proporção maior que 50% em situação de vulnerabilidade ou que estão fora da perspectiva da seguridade social. O caso dos trabalhadores da ocupação está dentro deste percentual. Em um momento de remoção, esses trabalhadores não tem direito legalmente a um auxílio ou indenização, os mantendo sem renda.

**Figura 2.** Gráfico com o comparativo das formas de trabalho dos representantes de cada família.



Fonte: acervo da Assessoria Técnica Peabiru TCA (2021)

KOWARICK (2009, p. 31), aponta que “possuir uma moradia, é sem dúvida, uma necessidade da população trabalhadora, pois, dadas as intempéries do sistema econômico, representa a possibilidade de não pagar aluguel”. Em conversa com lideranças do movimento de moradia, relatam que quando uma família procura o movimento, todos os seus direitos foram violados. Sendo dentro do movimento o processo de luta e garantia de direitos, partindo pelo direito à moradia. Em visita a Ocupação Penaforte Mendes, seus moradores relatam que não tem nenhum gasto mensal, com exceção à conta de água via tarifa social. Em compensação, os mesmos são responsáveis pelas obras no edifício em seu tempo livre.

Nas ocupações, a configuração de trabalho não se limita a empregos formais. Em conversas com moradores e levantamentos, as categorias de trabalhos presentes perpassam o “trabalho reprodutivo” das mulheres e a responsabilidade do cuidado, o “sobretabalho” com as obras e reformas no espaço, o trabalho informal com a “viração”, a prestação de serviços, e-commerce, ambulantes e comerciantes que dependem do espaço da moradia para sua renda.

### 3.2. Favela na Zona Leste

Localizada em uma região visada da Zona Leste, nas proximidades do Terminal Corinthians-Itaquera, às Favelas da Paz e Miguel Ignácio Curi começam a ser notas de matérias de jornais, pesquisas e projetos no ano de 2012, marcado pela chegada da Copa do Mundo de 2014. O anúncio da Copa somou-se a um conjunto de projetos de infraestrutura, como o Polo Tecnológico presente na Operação Urbana Consorciada Rio Verde – Jacu. A proposta promovia discursos de desenvolvimento tecnológico e educacional, prevendo a implantação de equipamentos, parques e boulevard nos locais onde residem moradias e comércios locais. No entanto, os projetos foram pensados para os terrenos públicos de zoneamento ZEIS-1. Se por um lado, havia o discurso de remoção vinda dos agentes da prefeitura, a contrapelo vinha a elaboração via moradores e assessoria técnica do Plano Popular Alternativo, para estabelecer um diálogo diante do projeto que previa as remoções. (PEABIRU,2013)

Em suma, a resolução deste primeiro momento foi: engajamento da associação de moradores da Vila da Paz; remoção somente das áreas de risco com locação das famílias no esquema chave-por-chave para o Conjunto São Sebastião, localizado nas proximidades do local da remoção, e 22 famílias ficaram no auxílio aluguel; houve criação de articulações/redes políticas de resistência local; e a utilização do Plano Alternativo como ferramenta de diálogo com o Estado.

Passados alguns anos, em abril de 2017 (início da gestão municipal Doria), chega a nova ameaça de remoção, nomeada como Corredor Leste PAC MOBILIDADE. Promovida pelo discurso da aplicação de uma infraestrutura de bem comum, as falas dos agentes da prefeitura notificam a chegada de um corredor de ônibus tomando o lugar de 236 domicílios. O projeto em questão trazia os estudos de um traçado que passa dentro da Favela da Paz e uma

extensão da Miguel Ignácio Curi, mostram remoção total para Paz e parcial para a Miguel Ignácio Curi.

As justificativas apresentadas para remoção se embasava em duas normativas, a primeira delas foi o CONAMA, alegando a obrigatoriedade do afastamento de 30 metros do leito do córrego do Rio Verde; a segunda foi a necessidade de remoção dada ao afastamento de 15 metros do limite do viaduto do Metrô. Além da remoção dos domicílios presentes na faixa de 20 m de largura do novo viário, restando aproximadamente 70 famílias no local, sendo removidas por inviabilidade econômica. Durante este mesmo evento, a fala de uma das lideranças dá luz a um campo não discutido, a renda.

Liderança: E como é que eu fico? E a minha venda, vai fechar?

Vou ficar só com R\$400,00 pra me manter?

Assistente social da prefeitura: Cada caso é um caso. (Notas pessoais, 2017)

Contudo, a proposta apresentada em 2017 não era a primeira pensada para o lugar. De acordo com o EIA-RIMA realizado em 2013, a proposta de viário era um alargamento da Avenida Miguel Ignácio Curi, onde possivelmente haveria a remoção de toda faixa comercial presente neste trecho.

As ações que tencionaram a forma como estava sendo implantada esta infraestrutura, foram diversas. Associação mais acadêmicos, ONGs, defensoria e vereadores, começam a agir repensando o traçado, publicando artigos e notas em sites, entregam uma Carta Aberta ao prefeito (falando das omissões de direitos ocasionadas pelo Estado) e a realizações de assembleias constantes mais reuniões na prefeitura com agentes envolvidos. Assim é registrado pelos assistentes sociais da SEHAB as seguintes demandas:

1. Solicitação de alteração do traçado para desviar ao máximo das moradias;
2. Não adesão a alternativa auxílio aluguel, principalmente devido ao baixo valor em relação aos aluguéis da região;
- 3. Atendimento aos Comércios presentes nas Comunidades;**
4. Negociação já realizada com as gestões anteriores para reassentamento direto, sem auxílio aluguel – chave por chave;
5. Outras alternativas habitacionais para moradias consolidadas e com maior valor agregado, possibilitando o atendimento de moradias precárias (beira córrego – alagamento). (Apresentação da SEHAB – 18.12.2018, grifo próprio)

Em 2018 registou-se a alteração do traçado viário, agora com remoções pontuais, contabilizando aproximadamente 80 famílias a serem removidas, dentre elas 5 comerciantes locais. Neste momento, pautou-se a formação do Conselho Gestor, além do cadastramento das famílias que seriam removidas para alocação no Conjunto Habitacional Safira, se tornou prioridade dos assistentes sociais da SEHAB.

Em relação ao cadastramento das famílias que seriam removidas e realocadas no conjunto Safira, somente algumas famílias seriam contempladas, pois muitas não se enquadraram no perfil estabelecido pelo programa Minha Casa Minha Vida gerenciado via Caixa Econômica Federal, pois havia casos que a renda da família era mais alta do que a faixa estabelecida. Além disso, famílias que tem comércio no local, foram cadastradas, mas não obtiveram resposta de como ficaria sua fonte de renda, nem que direitos ela teria. O caso dos comerciantes em questão só foi apontado pela Associação de Moradores no momento em que surgiu a dúvida de quais são os direitos e contrapartidas de quem trabalha no local e que será removido.

Só uma dúvida aquelas pessoas que têm comércio, eles falaram que não tem direito a o empreendimento e não tem o que fazer. Segundo eles vão ser removidos e depois vai ser discutido esses casos no Conselho Gestor. Acho que são 5 ou 6 comércios, que serão impactados pela obra. (Mensagem da Associação de Moradores, 2018)

Contudo, esta questão não foi respondida e a dúvida se manteve. Em 2019 as famílias cadastradas para irem para o conjunto habitacional Safira, receberam a notícia que não iriam morar no conjunto, pois a obra prevista para o Corredor Leste foi suspensa por tempo indeterminado. Enquanto isso, a prefeitura suspendeu a remoção das famílias e a locação para o conjunto, com a afirmação que o local onde haveria a remoção poderia ser ocupado por novas famílias. Visto isso, a confiança e a articulação dos moradores com a Associação se abalou dando margens a conflitos internos entre as comunidades Favela da Paz e Miguel Ignácio Curi.

Em suma, pode-se observar a forma como a história se repete com ferramentas semelhantes. Dado o número de ações e omissões de informações, datas e transparências, além da excessiva burocratização. Os trabalhadores dos comércios e serviços locais são o “campo cego” desse caso.

Entre os campos, que não são pacíficos, mas campos de forças e de conflitos, existem campos cegos. Não somente obscuros incertos, mal explorados, mas cegos no sentido em que há, na retina, um ponto cego, centro da visão e, contudo, sua negação. Paradoxos. O olho não se vê. Ele necessita de um espelho. O ponto central da visão não se vê, nem sabe que é cego. (LEFEBVRE, 2019, p.44 )

Em 2019, realizou-se entrevistas com quatro dos comerciantes envolvidos, para conhecer suas histórias. Assim, levanta-se às seguintes questões: o que fazem, porque trabalham ali, quanto tempo estão no local, qual o valor daquele lugar e o que acreditam ser uma contrapartida justa em caso de remoção.

Começando as narrativas pela fala de Jussara, dona de um bar/restaurante a mais de 14 anos, onde hoje trabalha das 18:00 até às 03:00 da manhã. Jussara tem uma vida de tripla jornada nos últimos tempos, para complementar a renda ela trabalha também como

passadeira em uma lavanderia, além dos trabalhos domésticos cotidianos de sua casa. Abrir o bar era um dos seus desejos, quando teve a oportunidade de conseguir um lugar para o seu negócio, investiu. Começou com um aluguel em um barraco de madeira “3 x 4”, assim chamado.

Em 2010, o locatário do espaço ofereceu a venda o tal barraco, ela comprou e logo ampliou o espaço, deixando de ser um barraco de madeira 3 x 4 para ser um espaço de alvenaria 5 x 9 metros. Hoje o movimento do local é baixo, e o que ela recebe com o bar só dá para mantê-lo e levar comida para casa. Por esta razão, procurou um emprego para complementar a sua renda, mas Jussara conta que o movimento era diferente uns anos atrás, principalmente quando estava tendo as obras do estádio e da UPA (Unidade de Pronto Atendimento), apontando que por mês recebia de R\$ 25.000,00 a R\$35.000,00.

Antigamente, aqui não tinha nada. Isso aqui era tudo barraquinho de madeira. Daí depois que a gente reformou, isso aqui começou a valer muito, o pessoal achou legal, começou a encostar mais, a gostar daqui. Trabalhei e reformei ela todinha. Gastei! Mas nem dormia, nega. O que ganhava aqui usava para pagar o pedreiro, daí o ajudava, comprava material, cuidava daqui. Eu trabalhei na obra, meu filho e o pai do meu filho construíram aqui também. (Fala de Jussara, entrevista 2019)

O segundo entrevistado foi Miguel das Matas, assim como Jussara, tem um bar/lanchonete. Chegou no local há 9 anos atrás e durante seu primeiro ano pagou aluguel por este espaço. Em 2012 o locatário resolveu vender o imóvel para o Miguel, lembrando que neste período os boatos sobre a remoção já estavam consolidados. Miguel não morava no local, residia em uma casa na Vila Carmosina, onde pagavam aluguel de R \$400,00 junto com sua ex-esposa.

Eu moro só! eu era casado, mas aí eu separei. Nós pagávamos um aluguel na Carmosina de 400,00, daí quando fiquei só, resolvi não paga mais aluguel. Aí eu vim para cá e minha ex-esposa resolveu morar em outro canto, mas paga aluguel também. Tanto que na época, pensei de construir aqui em cima para ela, aqui tem mão dela também, ela me ajudou muito. (Fala de Miguel das Matas, entrevista 2019)

Em entrevista, Miguel conta que mora e trabalha nesta mesma edificação. O espaço do bar se torna seu quarto, quando tem que dormir. Ao comprar o bar, viu uma oportunidade de não pagar mais aluguel, fato que consolidou sua mudança para a região. Ele aponta que abrir o comércio não foi um desejo seu e sim uma forma que enxergou para ter renda. Morando no próprio estabelecimento, o que ele recebe com as vendas, resta somente para manter o bar e sua alimentação, tendo vezes que passa o dia inteiro trabalhando.

Eu só tenho isso aqui. Hoje quando você chega em uma fase de 40, 50 anos, ninguém mais quer dar emprego. Ainda mais eu que falta dedo de mão, está todo enroscado com deficiência, aí fica difícil. Se eu tivesse arrumado um emprego, eu já estava trabalhando, porque aqui o negócio está difícil. (Fala de Miguel das Matas, entrevista 2019)

Não muito longe, estão Nazaré e Mauriti, os terceiros entrevistados. Seu comércio é uma doceria e lanchonete, onde Mauriti diz que tem um público familiar. Abrem cedo e fecham às 18h, não tiram folga em nenhum dia da semana. A lanchonete fica na garagem da casa, onde residem a mais de 6 anos. Mauriti é do Ceará e Nazaré é da Bahia, só eles dois vivem nesta casa, trabalhando juntos todos os dias. Ela é responsável pela produção e ele pelas vendas, antes trabalhavam em uma esfiharia. A casa, quando compraram, só tinha um cômodo e com o tempo foram ampliando, eles não gostariam de trocar a casa por um apartamento menor, mesmo sendo uma das famílias selecionadas e já foram conhecerem o Conjunto Habitacional Safira. No momento que souberam da remoção e a possível mudança para o Safira, procuraram ver o preço do aluguel de espaços do entorno do conjunto, mas nada que fosse compatível com a sua renda.

O quarto entrevistado é o casal Glória e Afonso Bezerra. Trabalham na mesma edificação onde moram, sua garagem é uma borracharia e um depósito de reciclagem, duas atividades as quais lhe geram renda desde que chegaram em São Paulo. Afonso e Glória chegaram na Vila da Paz com os cinco filhos nos anos de 1999, onde compraram uma casa pelo preço de R\$ 6.000,00, pago em 3 anos. Logo que se estabeleceram no local, Afonso para ter o sustento da família, que seria a alimentação, começou a trabalhar recolhendo papelão nas ruas, pois não havia oportunidade de ter um emprego na época. Foi com esse trabalho de catador, que o casal produziu o lugar onde mora hoje há quase 10 anos. Em um pedaço de terra que era o lixão da comunidade que eles limparam para ocupar, construíram a sua casa com garagem, onde há a borracharia e um espaço de estocagem para reciclagem.

Esse lugar é tudo para nós. Tudo nosso está aqui, tudo que Deus nos deu está aqui, fia. Estamos caminhando para 21 anos aqui, tudo que eu adquiri está aqui. Foi dentro das ruas de São Paulo, catando papelão noite e dia sem parar, indo no ferro velho, vendendo tudo que é tranqueira do lixo. [...] eu corri atrás, eu engraxava sapato, vendi picolé na rua, eu faço de tudo para não faltar pão. (Fala de Afonso, entrevista 2019)

Durante a entrevista, a família conta que eles seriam um dos futuros moradores do Safira. A opinião do casal sobre a ida para o conjunto e o que ela acarretaria, seria a perda do apartamento.

Mas veja bem essa coisa do apartamento, nós vamos para apartamento, daí chega lá nós vamos pagar água, luz, gás, condomínio. Se você não tem renda fixa, como você vai fazer? Isso aí dói na pessoa, quando se tem consciência, mas tem outros que nem aí com nada. Quem tem sua consciência limpa e pura, ele se preocupa e é capaz de ficar até louco. Eu passei mal, é de endoidar, falaram para mim que era R\$400, 00 e tanto o condomínio, aonde é que eu vou arrumar R\$400,00 e tanto para um condomínio? Não tem condição. Porque a tendência é você perder, né. (Fala de Afonso, entrevista 2019)

Encerrando o retrato dos comerciantes, ao perguntar qual a contrapartida que acreditam ser justa dentro do processo de remoção, eles apontam de forma unânime que um espaço

comercial para continuar seu trabalho e manter sua renda seria a contrapartida ideal. Estas pessoas dependem do seu local de trabalho para se manter. Sendo assim, a contrapartida como a unidade habitacional não responde ao prejuízo do que será retirado para estas famílias, pois ficariam sem renda e não conseguiriam se manter em uma vida condominial dotada de novas taxas.

A força e dimensão pela luta por um teto, faz com que a residência tenha uma escala prioritária nas falas e ações das políticas públicas habitacionais, apresentando respostas e soluções pontuais, como prover moradia ou subsídio para tê-la. Contudo, quando se analisa a dimensão conceitual do habitar, nota-se que o termo é mais amplo que uma unidade habitacional do Minha Casa Minha Vida, o termo significa espaço construído, vivido e ocupado. Falar de habitar corresponde falar do espaço de produção e reprodução cotidiano.

E é com a fala dos comerciantes que o campo cego do habitar sai da sombra, ao apresentarem suas angústias do que poderiam acontecer caso fossem removidos, como a precarização do seu modo de vida, mostra como a provisão de moradia neste caso acaba sendo mais problemática do que assertiva. Relembrando a fala do Afonso: “se tirarem minha forma de renda como irei me manter em um lugar onde tenho que pagar R\$400,00 de condomínio?” Em um momento, onde o óbvio é questionado, este estudo aponta que prover unidade habitacional não é prover habitar.

#### 4. Impasses do morar e trabalhar

Voltando para a narrativa de Jussara, Miguel, Mauriti, Nazaré, Afonso e Glória, como também vendo o contexto dos moradores das ocupações, há semelhanças. Em ambos os casos, independente da localidade, a exclusão social e a ausência de direitos estão presentes. Indo além da coexistência, o habitar nas histórias se mostra na forma como o espaço foi construído e ocupado. Em todos os momentos, estes lugares foram sendo produzidos com o olhar ao trabalho, trabalho fonte de renda para subsistência e melhoria do seu espaço de produção e reprodução.

Nas falas: “não queria mais um chefe”, “aqui foi o que restou para mim”, “não queria mais pagar aluguel”, “surgiu a oportunidade de comprar”, “fui juntando aos poucos para ir construindo esta casa e a borracharia”, “tudo que eu ganho eu invisto aqui”, torna visível o processo de construção do lugar e atribuição de valor. Para uns, ter o espaço de trabalho foi a única forma de se manter trabalhando; para outros, o espaço foi desejado, sendo enxergado como uma forma de liberdade.

Contudo, é válido lembrar das condições destes trabalhadores. Em seus relatos, o fato de trabalharem por períodos intensos também esteve presente, mostrando a tripla jornada ou trabalhando todos os dias da semana, sendo questionado suas horas de sono. Estas condições são exploratórias e espoliativas. (KOWARICK, 2009)

“Nesse terreno de zonas cinzentas, algumas redefinições parecem se desenhar. Uma delas é a que permite perceber que a experiência do trabalho e de sua precarização ou encolhimento formal, daquilo que Oliveira (2003) chamaria de ‘trabalho sem forma’, ganha contornos na experiência da cidade talvez pela inserção em territórios também, como diria Oliveira, ‘faltos de forma’, genéricos, indiferenciados, mas crescentemente marcados por fluxos de produção e circulação de riqueza, ainda que esses fluxos estejam, eles também, em zonas nebulosas e cinzentas, zonas de indiferenciação.” (RIZEK, 2011, pg.42)

Assim, quando se fala da intervenção do Estado neste território não considerando a distribuição de renda, se tem a “antipolítica de funcionalização da pobreza”, configurando um Estado de exceção. (TELLES, 2006)

### Referências:

LAGO, L. **Trabalho e Moradia na Periferia: para Uma Política Urbana Economicamente Orientada**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 29 de Outubro de 2009, pp. 31-47.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019. 212 p.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. Itapevi: Nebli, 2016. 155 p.

COMUNIDADES UNIDAS DE ITAQUERA, PEABIRU TCA E INSTITUTO PÓLIS. **Plano Popular Alternativo da Favela da Paz**. São Paulo. Abril de 2013.

KOWARICK, L. **Escritos Urbanos**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009. 143p.

OLIVEIRA, F. **O ESTADO E A EXCEÇÃO OU O ESTADO DE EXCEÇÃO?** R. B. ESTUDOS URBANOS E REGIONAIS, V.5, N.1 – MAIO 2003. Acesso em 15/01/2022: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2003v5n1p9>

RIZEK, C. **Trabalho, moradia e cidade**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 28 de Setembro de 2011, pp. 41-49.

RUFINO, B. **Do zoneamento às operações urbanas consorciadas: planejamento urbano e produção imobiliária na mercantilização do espaço em São Paulo (1970 – 2017)**. In: PEREIRA, Paulo. **Imediato, Global e total na produção do espaço: financeirização da cidade de São Paulo no século XXI**, São Paulo: FAUUSP, pp. 82-111, 2018

SÃO PAULO (SP). **Lei nº 17.557**. Diário Oficial da Cidade de São Paulo. São Paulo, ano 66, n. 141, 2021.

---

TELLES, V. **Trabalho, cidade e os elos perdidos da política.** 2006

TELLES, V. **Pobreza e Cidadania.** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2013. 167p.

VALERY.G. **Rede Nossa São Paulo lança o Mapa da Desigualdade 2020.** Rede Brasil Atual. 2020. Acesso em: 30/01/2022:  
<<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/10/rede-nossa-sao-paulo-lanca-o-mapa-da-desigualdade-2020/>>